



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Rio de Janeiro, 12 de março de 2012.**

**COMUNICAÇÃO nº 072/12 - TJD/RJ**

**DESPACHO DO PRESIDENTE**

**1)PROCESSO 120/12: MANDADO DE GARANTIA COM  
PEDIDO DE LIMINAR  
IMPETRANTE: CAMPO GRANDE AC  
IMPETRADO: FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO**

*EMENTA: MANDADO DE GARANTIA. -.  
PEDIDO DE LIMINAR. - EXCLUSÃO DE  
AGREMIÇÃO DO CAMPEONATO  
CARIOCA SÉRIE C. - REGULAMENTO  
ESPECÍFICO DAS COMPETIÇÕES. NÃO  
CONHECIMENTO DA GARANTIA -  
INDEFERIMENTO DA LIMINAR.*

**RELATÓRIO**



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Cuida-se de *Mandado de Garantia* impetrado por CAMPO GRANDE ATLÉTICO CLUBE em face da FFERJ – FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, sob a alegação de ter sido excluído do Campeonato Carioca de Futebol – Série C de Profissionais diante do não pagamento de emolumentos em atraso.

Em razão do exposto, requer sua inclusão liminarmente no torneio, tendo em vista a presença dos requisitos da concessão da medida cautelar.

Argui, em tese, a presença do *fumus boni iuris* consubstanciado no pagamento das parcelas em atraso do *periculum in mora* na demora do provimento final da demanda.

É O RELATÓRIO, em apertada síntese. A seguir, passo a aduzir o quanto se segue:

Conceder-se-á mandado de garantia sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação em seu direito líquido e certo, ou tenha justo receio de sofrê-la por parte de qualquer autoridade desportiva (CBJD, art. 88).

Quando relevante o fundamento do pedido e a demora possa tornar ineficaz a medida, o Presidente do Tribunal (STJD ou TJD), ao despachar a inicial, poderá conceder medida liminar (CBJD, art. 93).



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

De plano, podemos observar que o presente Mandado de Garantia é de ser considerado intempestivo.

O parágrafo único do artigo 88 do CBJD reza que:

“O prazo para interposição do mandado de garantia extingue-se decorridos 20 (vinte) dias contados da prática do ato, omissão ou decisão”.

O ato inquinado de ilegal ou praticado com abuso de poder se deu aos 26 de janeiro do presente ano. A presente garantia foi impetrada aos 08 de março do corrente, portanto, a destempo.

Em segundo lugar, não há no ordenamento jurídico pátrio norma que determine a concessão da medida extrema uma vez descumprido o regulamento geral das competições, que, diga-se de passagem, foi aprovado por todas as associações participantes do mesmo torneio.

Assim, à míngua de maiores e melhores suprimentos devemos-nos nos socorrer da melhor doutrina que diz não cumpridas as formalidades intrínsecas e extrínsecas do regulamento das competições, deve a equipe ser excluída do certame.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

*Ex Positis*, INDEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, por  
ausência de requisito intrínseco de admissibilidade, qual seja a  
tempestividade.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2012.

**ANTONIO VANDERLER DE LIMA**  
**PRESIDENTE DO TJD/RJ**